

A Prefeitura socialista

Roberto Saturnino Braga

De toda a minha extensa vida política, o momento que recordo com o sentimento de maior realização e plenitude é justamente aquele que ficou marcado com um labéu de incompetência: a gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro entre 1986 e 1988.

Passados 25 anos daquele tempo, senti uma necessidade quase vital de falar sobre aquela gestão, apresentar a minha versão dos acontecimentos daquele período, tão incomuns, tão distorcidos pelo noticiário do momento e tão ignorados no quarto de século que se seguiu.

Compreendi que precisava ir além do comentário pessoal e objetivo sobre as realizações daqueles três anos e me estender um pouco mais nos antecedentes e nos desdobramentos daquela curta gestão. E fazer um pouco de memória da minha vida política, de forma muito condensada e incisiva, mas incluindo a dimensão dos sentimentos, componente tão importante e decisiva na vida das sociedades humanas.

A começar pelo ideal socialista, que marcou e comandou toda a minha vida política e que teve origem numa inabalável exigência de justiça e de igualdade para toda e qualquer pessoa humana, um sentimento puro,

sem ligação com a razão, que se instalou forte e definitivamente no meu ser desde menino, não sei dizer vindo de onde.

O ideal democrático veio depois. Eu era menino no Estado Novo de Vargas, e admirava (como ainda admiro) as realizações dele em favor do povo trabalhador, sem prestar atenção na dimensão da força do seu poder autoritário. Da mesma forma que depois, jovem, admirei com fascínio a União Soviética por suas realizações, sem restrições à rigidez da ditadura que lá imperava. A importância da democracia só se elevou no meu espírito pela insistência da palavra de meu pai, tão forte para mim. Essa influência cotidiana e crescente levou-me a não procurar o Partido Comunista, caminho natural de quem gostava de política e tinha sido da Juventude Comunista. Caminho que me levou ao Festival da Juventude em Varsóvia e, logo depois, a uma visita à União Soviética em 1955, junto com um grupo de artistas. Ali tive a minha primeira impressão desfavorável da pátria do socialismo, observando claramente a relação de medo e subserviência dos funcionários que nos atendiam, na sua relação com seus superiores.

Mais tarde, quando resolvi ingressar no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tive o privilégio de conhecer e escutar João Mangabeira, em toda a sua lucidez e clareza de ideias, e de me convencer de que “democracia sem socialismo não é democracia, mas socialismo sem

democracia, socialismo não é”. Aos poucos, a força do ideal democrático cresceu no meu espírito, aí já em função da experiência vivida e da razão pensada, não tanto daquele sentimento puro, originário, do socialismo. Finalmente, sem perda do brilho do ideal socialista, a exigência da democracia passou a ser, para mim, a mais forte e importante de todas.

As pessoas humanas, com sua dignidade igual, pensam de maneira diferente, com interesses conscientes ou não, e têm o inalienável direito de expressar esse pensamento e votar por ele. A realização dessa igualdade essencial é o cerne do conceito de democracia. Trata-se de um princípio absoluto, forte e verdadeiro, capaz de demolir qualquer tentativa de qualificar o pensamento e o voto pelo saber e pela cultura. Ignorante, na verdade, é quem chama de ignorante aquele que pensa diferente e tem razões diferentes que o “culto” ignora. E ninguém precisa fazer psicanálise para buscar os motivos subconscientes das suas ideias; elas e eles, as ideias e os motivos, são absolutamente respeitáveis em qualquer hipótese.

Ingressei jovem na política já completamente envolvido por este ideário: o sentimento socialista pleno e a crescente razão democrática, sob a liderança de João Mangabeira. Conheci nos anos de 1961 e 1962 a figura admirável de meu amigo até o fim, Jamil Haddad. Aquele sentimento me dizia que a ética da justiça e da igualdade é o verdadeiro princípio da política; que a política

só tem sentido se buscar a realização do bem público de todos, igualmente, e que, nesta busca, a ética dos fins (a sociedade livre e justa) tem primazia sobre a ética dos meios (a política limpa). Uma primazia que tem limites, evidentemente, e nem de longe pode chegar a aceitar o “rouba mas faz”. Por isso, por essa ética dos fins, eu era do Partido Socialista e não da União Democrática Nacional (UDN), que só exigia a ética dos meios. Por isso, também, eu tinha de me candidatar pelo PSB e não pelo caminho mais fácil do conservador Partido Social Democrático (PSD), onde meu pai tinha toda uma estrutura política construída em três mandatos sucessivos e bem-sucedidos de deputado federal, que, em grande parte, eu poderia herdar.

Fui candidato pelo PSB, em outubro de 1962, no estado do Rio, não da Guanabara, porque era o estado de meu pai, que eu conhecia de acompanhar suas campanhas. Já aí pratiquei um ato ilícito, usando um endereço falso para tirar meu título em Niterói (aquela primazia da ética dos fins me permitia). Batalhei meus poucos votos na Baixada Fluminense e em São Gonçalo, uma seara bem diferente da de meu pai, que era do interior, e só me elegi por muita sorte: sem nenhuma interferência minha, o PSB havia entrado numa coligação de pequenos partidos, onde estavam o partido do Tenório Cavalcante e o partido do Batistinha, o candidato dos comunistas. Eles “puxaram” a legenda e eu me elegi como o